

̄N26

Demonstrações Financeiras Individuais

30 de junho

2021

N26 Sociedade de Crédito Direto S.A.

DIRETOR PRESIDENTE

Eduardo Prota

DIRETORES

Christian Squassoni

***CONTADOR**

Reinaldo Dantas
CRC - 1SP110330/O-6

*Diretor responsável pela contabilidade

3 Relatório da Administração

4 Relatório dos Auditores

7 Balanço Patrimonial

9 Demonstração do Resultado

10 Demonstração do Resultado Abrangente

11 Demonstração dos Fluxos de Caixa – Método Indireto

12 Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido;

13 Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Seguindo as normas e nosso princípio de transparência, aqui você poderá ver as demonstrações contábeis da N26 Sociedade de Crédito Direto S.A. (N26 Brasil, como você conhece). Os dados são referentes ao semestre findo em 30 de junho de 2021 e estão acompanhados de notas explicativas e do relatório do auditor independente.

Contexto corporativo

Nascemos em 2013 em Berlim, na Alemanha, e somos uma fintech hoje presente em 25 países entre Europa, Estados Unidos e, agora, estamos chegando ao Brasil. Oferecemos serviços financeiros para mais de 7 milhões de clientes e somos uma das maiores fintechs da Europa.

No Brasil, somos uma Sociedade de Crédito Direto, com licença aprovada pelo Banco Central em 28 de dezembro de 2020. Esse modelo de negócio focado em tecnologia nos permite prestar serviços bancários através de uma conta digital (como pagamento de boletos, transferências, saques, operações de empréstimos e financiamento), desde que com capital próprio.

Estamos preparando nosso lançamento. Vamos oferecer um produto inédito para os brasileiros que vai mudar a forma como lidamos com dinheiro. Tudo de forma personalizada, transparente, rápida e simplificada, seguindo normas e legislação brasileiras.

Gerenciamento de Riscos e de Capital

Como pedem as disposições regulatórias presentes nas Resoluções 4.557/17 e 2.554/98, publicadas pelo Conselho Monetário Nacional - CMN, mantemos uma estrutura de gerenciamento de riscos e gestão de capital.

Em 30 de junho de 2021, os limites operacionais da N26 Brasil apresentaram níveis adequados e suficientes, sendo compatíveis com a natureza de nossas operações.

Considerações finais

Agradecemos aos acionistas e parceiros pela confiança e apoio, além dos colaboradores que contribuíram para alcançar os objetivos e metas da N26 Brasil.



N26 Sociedade de Crédito Direto S.A.

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas
N26 Sociedade de Crédito Direto S.A.

Opinião com ressalvas

Examinamos as demonstrações financeiras da N26 Sociedade de Crédito Direto S.A. ("Instituição"), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto pela ausência de apresentação de cifras comparativas, mencionado no item 1 da seção "base para opinião com ressalvas" e dos efeitos do assunto descrito no item 2, da mesma seção "base para opinião com ressalvas", as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da N26 Sociedade de Crédito Direto S.A. em 30 de junho de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião com ressalvas

Não apresentação de cifras comparativas

Conforme mencionado na nota 1, as demonstrações financeiras não incluem as cifras comparativas do semestre e exercício anterior, como requerido pela Resolução nº 4.720, de 30 de maio de 2019 e Resolução BCB nº 2, de 12 de agosto de 2020.

Resultado referente ao período anterior

Conforme mencionado na nota 3.a, a Instituição registrou receitas de títulos e valores mobiliários no montante de R\$ 77 mil no semestre findo em 30 de junho de 2021. Desse montante, o valor de R\$ 66 mil refere-se ao resultado do exercício de 2020. Como consequência, o valor do resultado da Instituição no primeiro semestre de 2021 está apresentado a maior em R\$ 66 mil (R\$ 44 mil líquidos de impostos).

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Instituição, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalvas.

N26 Sociedade de Crédito Direto S.A.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Instituição é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante.

Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Conforme descrito na seção "Base para opinião com ressalvas", a Companhia não divulgou as cifras comparativas do exercício anterior nas demonstrações financeiras. Concluimos que as outras informações apresentam distorção relevante, pela mesma razão mencionada na seção "Base para opinião com ressalvas".

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Instituição é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Instituição continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Instituição ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Instituição são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:



N26 Sociedade de Crédito Direto S.A.

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 27 de agosto de 2021

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5

Edison Arisa Pereira
Contador CRC 1SP127241/O-0

N26 SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO S.A.

CNPJ(ME) 40.867.163/0001-90

BALANÇO PATRIMONIAL

Em 30 de junho de 2021

Valores em milhares de reais

A T I V O	NE	30/06/2021
CIRCULANTE		2.005
DISPONIBILIDADES		4
INSTRUMENTOS FINANCEIROS	3	1.994
Títulos e valores mobiliários		1.994
OUTROS ATIVOS	4	7
Outros créditos - Diversos		7
TOTAL DO ATIVO		2.005

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

N26 SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO S.A.

CNPJ(ME) 40.867.163/0001-90

BALANÇO PATRIMONIAL

Em 30 de junho de 2021

Valores em milhares de reais

P A S S I V O	NE	30/06/2021
CIRCULANTE		18
OUTROS PASSIVOS	5	18
Fiscais e previdenciárias		4
Diversas		14
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		1.987
Capital:	6.a	2.008
De Domiciliados no exterior		2.008
Lucros ou (prejuízos) acumulados		(21)
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		2.005

A DIRETORIA**REINALDO DANTAS**

Contador CRC 1SP 110330/O-6

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

N26 SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO S.A.		
CNPJ(ME) 40.867.163/0001-90		
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO		
Semestre findo em 30 de junho de 2021		Valores em milhares de reais
	NE	30/06/2021
RECEITAS DE INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		77
Resultado de operações com títulos e valores mol	3	77
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		77
OUTRAS RECEITAS/ DESPESAS OPERACIONAIS		(98)
Outras despesas administrativas	7	(83)
Despesas tributárias	8	(15)
RESULTADO OPERACIONAL		(21)
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO E PARTICIPAÇÕES		(21)
PREJUÍZO DO SEMESTRE		(21)
Nº de ações		2.008.454
Prejuízo por mil ações.....R\$		(10,56)

A DIRETORIA

REINALDO DANTAS

Contador CRC 1SP 110330/O-6

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

N26 SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO S.A.

CNPJ(ME) 40.867.163/0001-90

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE**Semestre findo em 30 de junho de 2021**

Valores em milhares de reais

30/06/2021**PREJUÍZO DO SEMESTRE (21)****RESULTADO ABRANGENTE -****RESULTADO ABRANGENTE TOTAL (21)****A DIRETORIA****REINALDO DANTAS**

Contador CRC 1SP 110330/O-6

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

N26 SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO S.A.			
CNPJ(ME) 40.867.163/0001-90			
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Semestre findo em 30 de junho de 2021			
			Valores em milhares de reais
Semestre de 01/01/2021 a 30/06/2021			
	CAPITAL REALIZADO	PREJUÍZOS ACUMULADOS	T O T A L
SALDOS NO INÍCIO DO SEMESTRE EM 01/01/2021	-	-	-
Integralização de capital	2.008	-	2.008
Prejuízo do semestre		(21)	(21)
SALDOS NO FIM DO SEMESTRE EM 30/06/2021	2.008	(21)	1.987
MUTAÇÕES DO SEMESTRE:	2.008	(21)	1.987

A DIRETORIA

REINALDO DANTAS
Contador CRC 1SP 110330/O-6

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

N26 SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO S.A.

CNPJ(ME) 40.867.163/0001-90

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA (Método Indireto)**Semestre findo em 30 de junho de 2021**

Valores em milhares de reais

1º-SEM-2021***Fluxos de caixa das atividades operacionais***

Prejuízo do semestre	(21)
	<u>(21)</u>

Varição de Ativos e Obrigações

(Aumento) redução em instrumentos financeiros ativos	(1.983)
Aumento (redução) em outros passivos	(1.994)
Imposto de renda e contribuição social pagos	18
	<u>(7)</u>

Caixa líquido aplicado em atividades operacionais	<u><u>(2.004)</u></u>
--	------------------------------

Fluxos de caixa das atividades de financiamento

Recebimento pela integralização de capital	2.008
--	-------

Caixa líquido proveniente das atividades de financiamento	2.008
--	--------------

Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	<u>4</u>
---	-----------------

Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre	-
Caixa e equivalentes de caixa no fim do semestre	4

A DIRETORIA**REINALDO DANTAS**

Contador CRC 1SP 110330/O-6

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

1. Contexto operacional

A N26 Sociedade de Crédito Direto S.A (“Sociedade”) fundada em 05 de agosto de 2019, é uma instituição financeira constituída sob a forma de sociedade anônima, autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN) em 28 de dezembro de 2020 e registrada na Receita Federal do Brasil em 16 de fevereiro de 2021.

Tem por objeto social a prática de: (i) empréstimos, de financiamentos e aquisição de direitos creditórios exclusivamente por meio de plataforma eletrônica, com utilização de recursos financeiros que tenham a origem única de seu capital próprio; (ii) prestar serviços de análise e cobrança de créditos, bem como atuar como representante na distribuição de seguros relacionados as operações mencionadas no item (i) acima; (iii) a emissão de moeda eletrônica e gestão de conta/ de pagamento pré-pago. Tem sua constituição e funcionamento regulamentados pela Resolução CMN nº 4.656/18.

Em 28 de dezembro de 2020 o Banco Central do Brasil autorizou o funcionamento da N26 Sociedade de Crédito Direto S.A. Contudo, a data efetiva de constituição da Companhia, de acordo com a inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ), tem como data de início da atividade o dia 16 de fevereiro de 2021. Devido a impossibilidade de efetuarmos os registros contábeis com data anterior a data do início da atividade, os eventos contábeis só puderam ser registrados a partir da data do dia 16 de fevereiro de 2021.

2. Apresentação das demonstrações e resumo das práticas contábeis

a. Apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais (R\$), moeda funcional da Sociedade, exceto quando indicado, os valores são expressos em milhares de Reais e foram arredondados para o milhar mais próximo.

A administração avaliou a capacidade da Sociedade em iniciar e continuar operando normalmente e está convencida de que ela possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a administração não tem conhecimento de incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de iniciar e continuar operando. Assim, estas demonstrações financeiras de Sociedade foram preparadas com base no pressuposto da continuidade.

As demonstrações financeiras, incluindo as notas explicativas, são de responsabilidade da administração da Sociedade e foram aprovadas em 30 de julho de 2021.

b. Descrição das práticas contábeis

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Bacen. Consideram as Normas Brasileiras de Contabilidade aplicáveis nas circunstâncias, a lei das Sociedades por Ações nº 6.404/1976 e as normas e instruções do BACEN. São apresentadas conforme o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF) e os pronunciamentos, orientações e as

interpretações do Comitê e Pronunciamentos Contábeis (CPC) aprovados pelo BACEN até o momento. Os pronunciamentos contábeis já aprovados pelo BACEN são: (CPC 00 (R1), 01 (R1), 02 (R2), 03 (R2), 04 (R1), 05 (R1), 10(R1), 23, 24, 25, 27, 33 (R1) e 46.

b.1 Apuração de resultado

O regime de apuração do resultado é o de competência.

b.2 Estimativas contábeis

A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e, também, o exercício de julgamento por parte da administração da Sociedade no processo de aplicação das práticas contábeis. Os resultados reais podem apresentar variações em relação às estimativas. Não há estimativas e suas premissas importantes requeridas nessas demonstrações financeiras.

b.3 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalente de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional, cujo vencimento das operações na data de efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo, que são utilizados pela Sociedade para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

b.4 Títulos e Valores Mobiliários

Os títulos e valores mobiliários são avaliados e classificados de acordo com os critérios estabelecidos pela Circular BACEN nº 3.068/01, nas seguintes categorias:

(i) Títulos para negociação - são os títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados. Esses títulos apresentam seu valor de custo atualizado pelos rendimentos incorridos até as datas dos balanços e ajustado pelo valor de mercado, sendo esses ajustes registrados à adequada conta de receita ou despesa no resultado do período.

(ii) Títulos mantidos até o vencimento - títulos adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período. Nesta categoria, os títulos não são ajustados ao seu valor de mercado. Para os títulos reclassificados para esta categoria, o ajuste de marcação a mercado é incorporado ao custo, sendo contabilizados prospectivamente pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

(iii) Títulos disponíveis para venda - títulos que não se enquadram para negociação nem como mantidos até o vencimento. São ajustados pelo seu valor de mercado em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários.

Em 30 de junho de 2021, a Sociedade não possuía títulos próprios classificados nas categorias descritas nos itens (ii) e (iii) e não possuía instrumento financeiro derivativo. O valor de mercado dos instrumentos financeiros, quando aplicável, é calculado com base em preços de mercado. Assim, quando da liquidação financeira destas operações, os resultados poderão ser diferentes das estimativas. Os instrumentos financeiros são negociados de forma ativa e frequente cujos preços

baseiam-se em fontes de informações independentes em consonância com a Resolução do CMN nº 4.277/13.

b.5 Ativos e passivos contingentes

Os ativos contingentes só devem ser registrados quando líquidos e certos e os passivos contingentes quando for provável uma estimativa de perdas. Não há no momento ativos e passivos contingentes em qualquer situação envolvendo a Sociedade.

b.6 Demonstração do fluxo de caixa

A demonstração do fluxo de caixa foi preparada pelo método indireto.

b.7 Ativo e Passivo circulante e exigível a longo prazo

Ativos circulantes - são apresentados pelo valor de realização, incluindo quando aplicável, as variações monetárias, bem como os rendimentos auferidos até a data do balanço.

Passivos circulantes - são demonstradas pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data dos balanços.

Provisões - uma provisão é reconhecida no balanço quando a Sociedade possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado onde é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

b.8 Resultado recorrente e não recorrente

A Empresa considera como recorrentes e não recorrentes os resultados oriundos e/ou não, das operações realizadas de acordo com as atividades típicas da Empresa. Além disto, a Administração considera como não recorrentes os resultados que não estejam previstos para ocorrer com frequência nos exercícios futuros. Observado esse regramento, salienta-se que no semestre encerrado em 30 de junho de 2021 não houve resultados não recorrentes.

b.9 Impostos de renda, contribuição social, pis e cofins

i) Imposto de renda e contribuição social

As despesas de imposto de renda e contribuição social do exercício compreendem os impostos correntes e diferidos, e são calculados com base nas alíquotas efetivas do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido ajustado nos termos da legislação vigente. A compensação de prejuízos fiscais e de base negativa da contribuição social está limitada a 30% do lucro tributável. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

A tributação sobre o lucro compreende o imposto de renda e a contribuição social que são calculados com base nos resultados tributáveis (lucro ajustado), às alíquotas aplicáveis segundo a legislação vigente sendo: 15%, acrescido de 10% sobre o que exceder a R\$ 20 sobre as bases de apuração mensal para o imposto de renda

e 9% para a contribuição social. Portanto as adições ao lucro contábil de despesas, temporariamente não dedutíveis, ou exclusões de receitas, temporariamente não tributáveis, consideradas para apuração do lucro tributável corrente geram créditos ou débitos tributários diferidos.

ii) Pis e Cofins

As despesas com Pis e Cofins são calculados sobre as receitas sendo as alíquotas de 1,65% e 7,6% respectivamente para as receitas de faturamento e outras receitas operacionais; e, de 0,65% e 4% respectivamente para as receitas financeiras.

3. Títulos e valores Mobiliários e instrumentos financeiros derivativos

a) Títulos e valores mobiliários

Em 30 de junho de 2021 os títulos e valores mobiliários estão classificados como “Títulos para Negociação”, conforme abaixo:

		30/06/2021	
		Valor do custo	Valor de mercado
Ativo Circulante			
Carteira própria		1.994	1.994
Letras Financeiras do Tesouro	01/09/2022	501	501
Certificado de Depósito Bancário ⁽¹⁾	Sem vencimento	1.493	1.493
Total		1.994	1.994

(1) As aplicações financeiras em Certificados de Depósitos Bancários (CDB), em 30 de junho de 2021, são posfixadas indexadas a taxa dos Depósitos Interbancários (DI).

No semestre encerrado em 30 de junho de 2021 foram reconhecidas rendas dos títulos e valores mobiliários no montante de R\$ 77.

b) Instrumentos financeiros derivativos

No semestre encerrado em 30 de junho de 2021 não havia operações com instrumentos financeiros derivativos.

4. Outros Ativos

	30/06/2021
Outros créditos - Diversos	
Impostos e contribuições a compensar	7
Total	7

5. Outros Passivos

	<u>30/06/2021</u>
Fiscais e Previdenciárias	
Impostos e contribuições sobre serviços de terceiros	4
Total	<u>4</u>

	<u>30/06/2021</u>
Diversas	
Outras despesas administrativas	5
Credores diversos país (a)	9
Total	<u>14</u>

(a) Em 30 de junho de 2021 está representada por saldo com acionista N26 GMBH no montante de R\$ 9, referente a devolução das despesas incorridas pela acionista na realização da integralização e aumento do capital.

6. Patrimônio líquido

a. Capital social

O capital social de R\$ 2.008, está representado por 2.008.454 de ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal. Em 30 de junho de 2021, o capital social era dividido da seguinte forma:

	<u>Quantidade de ações</u>	<u>Capital social em Reais</u>
N26 GmbH. (Alemanha)	2.008.254	2.008.254,00
N26 Operations GmbH. (Alemanha)	200	200.000,00
Total	<u>2.008.454</u>	<u>2.008.454,00</u>

Em 05 de agosto de 2019 foi depositado junto ao Banco Central do Brasil, o capital de maneira antecipada para procedimento de autorização de funcionamento da Sociedade de Crédito Direto, no valor R\$ 1.300, divididos em 1.300.000 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal.

Em 19 de novembro de 2020 foi realizado novo depósito junto ao Banco Central do Brasil no valor de R\$ 708, equivalente a emissão de 708.454 novas ações ordinária, para se adequar as adições de atividades ao objetivo social da instituição.

A constituição da Sociedade e o aumento de capital foram aprovados pelo Banco Central do Brasil em 28 de dezembro de 2020, no total de R\$ 2.008, perfazendo 2.008.454 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal.

b. Destinações do lucro

O lucro líquido apurado em cada exercício social terá o direito determinado pelos diretores ad referendum da assembleia geral, nos termos da Lei das Sociedades por Ações.

7. Outras despesas administrativas

	<u>30/06/2021</u>
Serviços técnicos especializados	(53)
Processamento de dados	<u>(30)</u>
Total	<u><u>(83)</u></u>

8. Despesas tributárias

	<u>30/06/2021</u>
IOF	(8)
TFE	(3)
PIS/COFINS	<u>(4)</u>
Total	<u><u>(15)</u></u>

9. Resumo da descrição da estrutura de gerenciamento de riscos

As Sociedades de Crédito Direto – SCD, estão sujeitas a riscos de diferentes tipos e naturezas que são inerentes ao negócio. A fim de identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar esses riscos, a Sociedade deve contar com uma estrutura de Gestão Integrada de Riscos compatível com o modelo de negócio, com a natureza das operações e com a complexidade dos produtos, dos serviços, das atividades e dos processos realizados, que está em processo de implementação e visa assegurar a solidez e perenidade da Sociedade.

De forma resumida, as estruturas de gerenciamento de riscos devem, em conformidade com a Resolução CMN nº 4.557/17, minimizar a ocorrência de risco operacional, risco de mercado, risco de liquidez e fazer o gerenciamento de capital de forma tempestiva, abrangente e compatível com os riscos incorridos de acordo com a natureza e a complexidade dos produtos e dos serviços oferecidos, através de área de Gestão de Riscos, com reportes a alta administração da Sociedade.

a. Requerimentos mínimos de capital e limites operacionais

As regras para a apuração dos requerimentos mínimos de capital e limites operacionais pela metodologia simplificada estão em conformidade com a Resolução CMN nº 4.606/17, em que são estabelecidos os percentuais mínimos para relação entre o Patrimônio de Referência Simplificado e o Valor dos Ativos Ponderados pelo Risco na Forma Simplificada para as instituições no qual a sociedade se enquadra: (i) 15,0% para período de 01/05/2020 a 30/04/2021; (ii) 15,5% para período de 01/05/2021 a 31/10/2021; 16,25% para período de 01/11/2021 a 30/04/2022; e 17,0% para período posterior.

30/06/2021

Patrimônio de Referência (PR)	1.987
Ativos Ponderados pelo Risco (RWA)	830
Risco operacional	75
Risco de crédito	755
Risco em exposição à ouro, moeda estrangeira e variação cambial	-
Patrimônio de Referência Mínimo requerido	129
Margem do Patrimônio de Referência	1.859
Apuração do Requerimento	239,4%

10. Partes Relacionadas

Partes relacionadas são os controladores e acionistas com participação relevante, empresas a eles ligadas, seus administradores, conselheiros e demais membros do pessoal-chave da administração e seus familiares.

No semestre findo em 30 de junho de 2021 a sociedade apresentava transações com partes relacionadas no montante de R\$ 9, referente a impostos na integralização de capital, contabilizados no Passivo Circulante – Credores Diversos País.

11. Outros assuntos

Nos primeiros meses de 2020, foi declarada pela Organização Mundial de Saúde (OMS) a pandemia do novo coronavírus (COVID-19). Esse evento acabou afetando a economia mundial e brasileira e, certamente, poderá gerar impactos que devem ser refletidos, em alguma extensão, nos demonstrativos contábeis e financeiros das empresas brasileiras.

Nesse momento, a administração da Sociedade ainda não pode mensurar com alguma precisão os efeitos em seus negócios decorrentes da propagação da nova doença COVID-19.

12. Eventos subsequentes**a. Aumento de capital**

Em 16 de julho de 2021 foi deliberado pelos acionistas aprovar o aumento de capital social no valor de R\$ 7.200, com a emissão de 7.200.000 novas ações ordinárias sem valor nominal, passando o capital de R\$ 2.008 para R\$ 9.208, divididos em 9.208.454 ações ordinárias. O aumento de capital foi homologado pelo Banco Central do Brasil em 10 de agosto de 2021.

b. Início das operações

Em 23 de julho de 2021, a Sociedade iniciou atividades na fase preliminar, em que foram criadas as primeiras contas digitais de pagamentos para um número restrito de clientes pré-aprovados.

A DIRETORIA**REINALDO DANTAS**
Contador
CRC 1SP110330/O-6

N26